

# "Une région sous-peuplée: l'Amazonie brésilienne"

## — Catharina V. Dias

(Jalons por une étude de population). Ed. mimeografada. 251 pp., 57 fotos + 7 gráfs. + mapas + bibl. Estrasburgo, junho de 1968.

ORLANDO VALVERDE  
Geógrafo do IBG

A Amazônia tem sofrido, até hoje, ação nefasta de aventureiros, tanto no plano econômico, como no científico. Indivíduos sem escrúpulos e ávidos de enriquecimento rápido lá chegam e se atiram ao saque de riquezas minerais ou vegetais, ou ainda ao contrabando. Outros, portadores de meia cultura, fazem viagens rápidas, ou permanecem em hotéis confortáveis de Belém e Manaus, e depois desandam a pontificar sobre a Amazônia e seus complicados problemas, ora repetindo velhas afirmações, ora divulgando novidades fantásticas, de acôrdo com sua imaginação e seus interesses. Fora da região, estes últimos despertam sensacionalismo; dentro dela, porém, existe uma elite intelectual que, embora pequena, adquiriu treinamento universitário, ou autodidático de nível superior, e reage de maneira cada vez mais veemente contra esse tipo de charlatão.

A formação de cientistas de alto nível com elementos da própria região é, pois, uma necessidade urgente para orientar o desenvolvimento da própria Amazônia. A eles, mais do que aos técnicos que lá vão trabalhar, caberá a tarefa ingente de fazer um balanço e crítica de todo o material de pesquisas sobre a região e, com base nêle, partir para investigações mais profundas.

Até agora, a contribuição científica de pessoas estranhas à Amazônia tem sido fundamental, seja de brasileiros, seja de estrangeiros. H. SIOLI e seu grupo, S. SAKAMOTO, H. O. R. STERNBERG, P. GOUROU, P. LE COINTE, P. MOURA, F. KATZER, EUCLIDES DA CUNHA e outros merecem citação, apenas no campo da Geografia e ciências afins.

A partir da Segunda Guerra Mundial, velhas instituições científicas da Amazônia foram revitalizadas, como o Museu Goeldi, e outras novas foram criadas; o IPEAN (Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte), o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), o Instituto Evandro Chagas, várias Faculdades etc.

Os horizontes para a formação de pesquisadores na própria Amazônia estão mais largos.

A autora do trabalho a que se refere este comentário pertence, no entanto, ao grupo dos amazônidas formados fora da região. Fêz curso de Geografia e História na, então, Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, e pouco depois ensinava História na mesma Faculdade, assim como na da Pontifícia Universidade Católica. Sem dúvida, a influência de F. RUELLAN revelou os pendores de CATHARINA DIAS pela Geografia e a levou a fazer concurso para a carreira de geógrafo do, então, Conselho Nacional de Geografia.

Foi criticada por alguns por permanecer ainda, durante muito tempo, ensinando História e, por outros, mais primários, por ser ela nascida e criada na Amazônia. Justamente esse *background* foi o segredo do êxito da tese da Srta. DIAS. Só a evolução histórica pode explicar o vazio demográfico que permaneceu na Amazônia, não apenas em relação ao Brasil, mas comparativamente às outras zonas equatoriais. As concentrações e rarefações demográficas amazônicas são localizadas, descritas e explicadas na tese, com mestria. A infância da

autora, passada nos campos de Marajó, em Belém e nas margens do baixo Tocantins, dão-lhe aquela vivência que tornam as descrições reais e de inestimável valor. Enganam-se os colegas de pendores tecnocratas: antes de ser explicativa, a Geografia é sobretudo descritiva.

Eis um trecho em que a autora descreve a influência portuguesa na Amazônia, no fim do período colonial:

“Os portugueses se concentravam sobretudo nas cidades e vilas — centros administrativos, praças fortificadas, núcleos comerciais. Eis porque os centros urbanos apresentam traços tipicamente lusitanos, até mesmo nos nomes, que reproduzem, os de Portugal: Bragança, Ourém, Vizeu, Monte Alegre, Faro... O traçado e a arquitetura urbanas reproduzem, em menor escala, os das cidades portuguesas. Quando percorríamos, não há muito tempo, as bacias do Douro e do Minho, em Portugal, os lugares, as casas com fachadas de azulejos, as janelas de balcão de ferro, que caracterizam os núcleos urbanos dessa região, faziam-nos pensar no bairro da Cidade Velha de Belém, nas casas de Cametá, de Bragança, de Santarém... A influência cultural portuguesa marcou as cidades da Amazônia. Um dos sinais mais notáveis: encontra-se, ao visitá-las, o puro estilo barroco português, sem nenhuma influência brasileira.

“Trata-se, entretanto, de uma fina camada de verniz, que se reduz, no essencial, aos limites do atual Estado do Pará. Quando se sobe o Amazonas, em direção à fronteira peruana, quanto mais longe de Belém, mais se afirma a presença da cultura indígena. Sim, a Amazônia é a parte do Brasil em que o indígena mais contribuiu para o povoamento; é a mais indígena das regiões brasileiras. Seja na habitação, na alimentação, nos transportes, nos gêneros de vida, o caboclo do Estado do Amazonas guarda a herança do elemento humano primitivo da região.

“Os portugueses não legaram ao Brasil independente um imenso território despovoado e nada mais. Dois séculos de ocupação lusitana tinham, também, estruturado uma sociedade. Embora a Amazônia diferísse profundamente das outras regiões da colônia, ela possuía os elementos que asseguravam a unidade do país: uma mesma língua, uma mesma administração, uma mesma religião”.

Somente quem observou bem as paisagens da Amazônia e de Portugal, e é bem dotada de cultura histórica, seria capaz de escrever página tão expressiva.

Apenas alguém que teve contatos, que ouviu falar desde tenra idade no colapso da borracha, poderia descrever com tanta fidelidade e riqueza de pormenores, como esse drama afetou as diversas partes da Amazônia e as diferentes classes sociais.

“No total, a massa dos seringueiros fugia dos seringais. Pouco importa para onde se dirigiam; de qualquer modo tinham que achar de que viver. Eles deram a conhecer ao Brasil em que bases assentava a coleta da borracha: o isolamento, as doenças, a subalimentação, a exploração do homem pelo homem... Tudo foi dito e repetido, em prosa e verso. A Amazônia foi considerada não mais como o Eldorado, mas como o “inferno verde”.

“Não recebendo mais a borracha apanhada pelos seringueiros, os seringalistas não podiam mais saldar suas dívidas com as casas aviadoras, e o seu crédito foi suspenso. A falência da borracha arrastou consigo a dos seringalistas”.

O esvaziamento das áreas coletoras de borracha, a partir da segunda década deste século, é documentado com os censos demográficos do Acre, unidade essencialmente extrativa:

#### POPULAÇÃO DO ACRE

1920	—	92 379 habitantes
1940	—	79 769 ”

“Os regatões, constituídos principalmente de sírios, desapareceram quase totalmente. Essa classe de pequenos comerciantes se estabeleceu nas cidades, sobretudo em Belém e Manaus, especialmente nos bairros mais pobres.

“As grandes casas aviadoras foram atingidas pela crise, de maneira diferente. Mantidas por judeus, portugueses e alguns brasileiros, estavam ligadas aos mercados internacionais, donde tiravam seu financiamento. Algumas desapareceram, tragadas pela falência. Suas frotas comerciais foram vendidas no estrangeiro ou no sul do país. Num esforço imenso, essas casas tentaram juntar dinheiro para enfrentar seus compromissos mais urgentes. Um certo número conseguiu contornar a crise e sobreviveu. A estrutura comercial sólida, enraizada em Belém ou Manaus, estendia seu poder tentacular sobre toda a Amazônia, o que explica sua sobrevivência. Elas deixaram de abastecer os seringais; por causa da desvalorização da borracha, a operação não era mais rentável.

“Havia, porém, outros produtos de coleta, menos valorizados, é verdade, que a borracha. Foi graças a eles que as casas aviadoras sobreviveram. Trata-se da castanha-do-pará, da essência de pau-rosa, das gomas não elásticas — sôrva, balata, coquirana —, dos oleaginosos — copaíba, murumuru —, das peles de animais selvagens.

“A Amazônia retornava às características do ciclo das drogas do sertão: uma grande variedade de produtos, mas em pequena quantidade”.

Nas cidades, a questão social alcançava proporções melodramáticas: atingia duramente a classe pobre, enquanto a classe média lutava para não sucumbir com ela.

“Os quadros funcionais aumentavam em número, sob a pressão da classe dos seringalistas e a dos ricos comerciantes. O *deficit* das finanças do Estado só fazia aumentar, embora o salário dos funcionários não acompanhasse a alta do custo da vida e não lhes era pago regularmente.

“Não se podia aumentar o número de escolas primárias e secundárias, em proporção com o afluxo de população. Havia, também, uma série crise de desemprego, mesmo para os que conseguiam terminar os seus estudos. As colocações nas casas de comércio e nos bancos eram mais procuradas, por causa da regularidade com que pagavam os salários.

“Da mesma forma, o equipamento hospitalar se tornava insuficiente, tanto mais que a subalimentação favorecia as moléstias. Em 1920, a malária matava em Belém 345 pessoas; em 1921, esse número subia para 405... Em 1923, no Estado do Pará, eram registrados 814 falecimentos devidos à gastroenterite e recenseados 2 025 leprosos. A tuberculose dizimava a população pobre de toda a Amazônia. Ora, não se podiam construir hospitais, nem mesmo manter os que já existiam. O próprio corpo médico atravessava horas sombrias. Os que acabavam o curso de medicina partiam para São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Recife, à procura de emprego e de vida melhor. Os médicos que ficavam na Amazônia permaneciam na capital, não querendo, nem podendo enfrentar os problemas de saúde das zonas rurais.

“Em Belém e Manaus nada funcionava. O crescimento demográfico acerretaria a falência dos serviços públicos: abastecimento d'água, de energia elétrica, rede de esgotos, transportes urbanos... tudo caía em ruínas. Entretanto, os bairros pobres, abrigando uma população subalimentada e doente, aumentavam dia a dia. O problema social se agravava. As duas grandes cidades, com seus belos edifícios, seus monumentos, seus teatros fechados, suas ruas calçadas com material vindo do estrangeiro, estavam em decadência. Os poderes públicos não tinham meios para consertá-las. Tudo nas duas grandes cidades representava um passado rico e já longínquo; tudo parecia paradoxal e absurdo, sobretudo para os que chegavam, sem ter

conhecido o período de esplendor, o do ciclo da borracha. A nostalgia da borracha — em grande escala — ganhava cada dia consistência. Era como uma angústia desesperada de recuperar o tempo perdido...”

A revisão e crítica de conceitos sôbre a Amazônia é uma tônica na tese de CATHARINA DIAS. No estudo do quadro físico, ela se enfileira com Gourou, reafirmando que o relêvo da região é, sobretudo, o de um baixo platô e não o de uma planície. Salienta ademais o importante papel desempenhado pelas margens de terra firme no estabelecimento dos sítios de cidades.

Descreve também a Amazônia como um “espaço fluvial”, em que a vasta rede navegável — a maior do mundo — facilitou a penetração do colonizador. Denuncia, contudo, como falso, o conceito de que as cachoeiras e rápidos teriam sido obstáculos ao povoamento. De fato, a ocupação dos cursos médios e superiores do Negro, Branco, Trombetas, Paru, Jari, Tapajós e Xingu são provas em contrário.

O preconceito, muito vulgarizado no próprio Brasil, de que o clima da Amazônia é letal e permanentemente úmido, é pôsto por terra. Ainda é comum ouvir de pessoas educadas em outras regiões brasileiras, que na Amazônia chove todo o dia, ou que em Belém se costuma marcar encontros, à tarde, “depois da chuva”.

A única parte da Amazônia onde não existe uma estação sêca bem caracterizada é no oeste e noroeste. No entanto, generalizou-se para tôda a região aquilo que ocorre numa área correspondente a cêrca de 5% dela.

A curta estação sêca pode variar entre 1 e 5 meses, conforme a parte da Amazônia, mas pauta todo o ritmo da atividade econômica rural, quer no setor agropastoril, quer no extrativismo, tanto vegetal como mineral. Assim, a estiagem tem um significado transcendental no clima amazônico, segundo já frisara R. REINKE, em outra dissertação de doutoramento.<sup>1</sup> C. V. DIAS vai porém adiante: apoiada em trabalho inédito de C. A. FIGUEIREDO MONTEIRO, esboça, em pequeno mapa, as subdivisões climáticas da região amazônica.

Os capítulos em que trata da evolução econômica são divididos em: período colonial, com ênfase na coleta de “drogas do sertão”; surto da borracha e sua decadência e, finalmente, a fase recente de recuperação, na qual o cultivo da pimenta-do-reino, da malva, da juta e a pecuária de corte estão reestruturando a economia agrária da Amazônia. Êstes aspectos são ainda, em grande parte, desconhecidos na literatura geográfica, e foram tratados pela autora, com base nos estudos de campo realizados por ela, particularmente de 1965 em diante, e dos quais participou também o signatário.

A grande unidade com que a tese termina é o próprio tema central da tese: “Um espaço subpovoado”. Nêle é estudada a dinâmica da população amazônica, no tempo, através da análise dos dados censitários, e no espaço, com o estudo dos deslocamentos da população, inclusive das migrações diurnas (movimento pendular de Belém e de Tabatinga — Letícia) e sazonais. Estas últimas são repartidas segundo os produtos coletados ou cultivados, os períodos de migração e as áreas para onde convergem os trabalhadores. É curioso que, para as áreas extrativas vegetais, assim como para as de cultivo da malva e da pimenta, a migração sazonal esteja subordinada ao regime das chuvas; mas para as áreas produtoras de juta, cultura típica de várzea, a migração está relacionada ao regime fluvial: o corte dos jutais tem que preceder a subida das águas das enchentes.

No item da ocupação humana do espaço amazônico, a autora considera não apenas o domínio rural, mas também as áreas urbanas. Êste tópico é concluído com a subdivisão regional da Amazônia.

<sup>1</sup> R. REINKE: *Das Klima Amazoniens*. 101 pp. Diss. Tubingen, Math. naturwiss. Fakult.

O estudo da população termina com a análise das pirâmides de idades: a da Amazônia, como um todo, comparada a das outras regiões brasileiras; a de diferentes zonas geoeconômicas, dentro da própria Amazônia: zonas de extrativismo vegetal, zonas agrícolas pioneiras, zonas agrícolas decadentes e as dos dois grandes centros urbanos da região: Belém e Manaus.

Aí se revelam, claramente, as características essenciais da população amazônica, que são também as de tôdas as áreas subdesenvolvidas: vasta porcentagem de população jovem (31% têm menos de 10 anos; 54%, menos de 20 anos), com elevadas taxas de mortalidade infantil, compensadas por taxas, também altas, de natalidade; extrema mobilidade da população.

Talvez outros capítulos da tese de CATHARINA DIAS consigam motivar mais o leitor (e tenham entusiasmado mais à própria autora, ao escrever o livro) do que êsse da população, porém é nêle que a contribuição científica da geógrafa foi maior, em virtude de seu conhecimento direto da Amazônia.

Os mapas econômicos e de população, parte substancial do capítulo, permitem o estabelecimento de uma vasta série de correlações de fatos, importantes para a Geografia, e manifestam, de maneira concreta, o tirocínio adquirido pela autora, em dois anos de treinamento no Instituto de Geografia, da Universidade de Estrasburgo.

Dos numerosos mapas e diagramas, merece ser ressaltado o das "Densidades Lineares Rurais", cuja técnica de elaboração não é, entretanto, explicada pela autora no texto. Mostra a densidade de população rural, na escala de 1/5 000 000; mas representa essa densidade por quadrados de 1 cm de lado, isto é, equivalentes a 625 km<sup>2</sup>, sòmente para as áreas habitadas. Trata-se, assim, de um cartograma, sem veleidades de precisão, pois nem no Middle West americano se encontraria um padrão geométrico de ocupação tão rigoroso. Nove tonalidades de côres, desde o amarelo claro até o violeta, exprimem as classes de densidade demográfica.

Não obstante a generalização, êste sistema representa a distribuição do contingente humano com aproximação maior do que se as densidades fôssem calculadas por município, ou mesmo por distrito. O contraste entre áreas habitadas e desabitadas é flagrante, e as concentrações demográficas saltam à vista. São estas, em ordem decrescente de importância: a do Baixo Amazonas (compreendendo a Bragantina, baixo Tocantins e estuário do Amazonas), a do Médio Amazonas (de Manacapuru a Monte Alegre), a do Alto Purus e a do Alto Juruá (estas duas no Acre).

Embora o rascunho do mapa se tenha baseado nas fôlhas da Carta ao Milionésimo, a simples leitura de carta não é suficiente para a elaboração de um cartograma expressivo, dessa natureza. Torna-se indispensável o conhecimento do terreno.

Os professôres que mais contribuíram para o aperfeiçoamento da autora são citados no prefácio, mas o Prof. J. GALLAIS, que orientou o trabalho com especial carinho e dedicação, tornou-se, com isso, credor da gratidão do Brasil, e da Amazônia em particular.

Em cêrca de 250 páginas de leitura agradável, ilustradas com mais de 50 fotografias coloridas e numerosos mapas, no texto e fora dêle, a geógrafa CATHARINA DIAS traz uma contribuição valiosa à Geografia da População amazônica, e assuntos correlatos. No balanço crítico dos conhecimentos geográficos atuais sôbre a região, o leitor pode discordar, em certos pontos, da autora, mas tudo será em pormenores, que em nada invalidam a alta qualidade do trabalho.

Nos primeiros dias de julho de 1968, a professôra CATHARINA DIAS defendeu a tese, com pleno sucesso, em Estrasburgo. O tema foi divulgado no Instituto de Geografia da Universidade, mas no Brasil ainda é matéria inédita.